



Regina Silveira,  
*Amphibia*, 2013.  
Imagem digital, vinil  
adesivo e ralo metálico.  
Dimensões variáveis.  
Galeria Bolsa de Arte,  
Porto Alegre

# PANDEMIA COMO ALEGORIA

Escritores e artistas utilizam a figura da peste para elaborar acontecimentos trágicos e propor reflexões sobre a condição humana

Christina Queiroz

**P**or volta do ano 427 a.C., o dramaturgo grego Sófocles (496-406 a.C.) escreveu *Édipo rei*, uma peça sobre o governante de uma cidade assolada pela peste, tragédia resultante da maldição dos deuses. Milênios mais tarde, ao refletir sobre o medo da morte, o escritor turco Orhan Pamuk, ganhador do Nobel de Literatura de 2006, prepara um romance que se desenvolve em 1901, durante um surto de peste bubônica na Ásia. Da Grécia Antiga ao período contemporâneo, passando pela Idade Média e o pós-guerra, escritores e artistas têm utilizado o repertório da peste para refletir sobre a condição humana, criticar os detentores do poder político e a realidade social. No Brasil, instigados pela pandemia do novo coronavírus, pesquisadores se mobilizam para discutir a influência de eventos como esse na produção cultural. Em distintas instituições do país, cursos, aulas públicas e seminários integram a programação acadêmica do segundo semestre letivo.

Definida de forma ampla como doença contagiosa ou epidemia que causa um grande número de mortes, a peste é elemento recorrente na história literária e representa papel central na mencionada obra de Sófocles. *Édipo rei* mostra a figura da peste como o principal sintoma de que há um desarrajo naquela sociedade”, analisa Francine Fernandes Weiss Ricieri, da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (EFLCH-Unifesp). De acordo com Ricieri, historiadora da literatura que há mais de 20 anos pesquisa as relações entre Brasil, Portugal e França em poetas oitocentistas, no universo literário a peste

costuma ser retratada como alegoria para abordar questões políticas e sociais. *Decameron*, escrita pelo italiano Giovanni Boccaccio (1313-1375) entre 1348 e 1353, reúne relatos de 10 pessoas que fogem de Florença para se proteger da peste negra. “A obra trata de inúmeras questões, incluindo o erotismo e a sexualidade das mulheres. Enquanto grande parte da sociedade morria, a elite teve condições de se isolar para não contrair a doença. No momento atual, parece evidente o quanto a questão da desigualdade social se faz presente na narrativa”, observa.

No Brasil, a pandemia da Covid-19 evidenciou, para historiadores da arte, a inexistência de um campo dedicado a investigar a influência da peste no imaginário artístico. “Até hoje, a peste tem sido tratada do ponto de vista da iconografia, por meio de análises de episódios ou obras pontuais. Nunca foi uma questão central para curadores e pesquisadores da história da arte. A realidade trazida pela pandemia começa a mudar esse cenário. Estamos nos mobilizando para criar projetos que permitam investigar o assunto de forma sistemática”, conta Ana Gonçalves Magalhães, diretora do Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo (MAC-USP).

A instituição prepara uma retrospectiva com obras da artista Regina Silveira, professora aposentada do Departamento de Artes Plásticas da Escola de Comunicações e Artes (DAP-ECA) da USP. A exposição será inaugurada após a abertura do MAC ao público, em data a ser definida. Em sua trajetória, Silveira tem proposto reflexões sobre um futuro catastrófico. “Desde as pegadas de animais selvagens que planejei em 1996 como intervenção direta no hall de entrada do Museu

de Arte Contemporânea de San Diego, nos Estados Unidos, minha imaginação foi tomada por essas narrativas que sugeriam invasões, súbitas e fantasmagóricas, de arquiteturas diversas”, explica a artista. Segundo ela, essa mesma matriz de invasões incontroláveis também está na origem de muitas obras da série *Irruption*, que mostram acúmulos de pegadas humanas em situações inusitadas. “Já as imagens dos insetos daninhos gigantes, com as quais ocupei um grande pavilhão de vidro no Centro Cultural Banco do Brasil [CCBB] em Brasília, em 2007, eram uma alegoria perversa e deslumbrante de nossa elite política. Denominada *Mundus admirabilis*, a obra deu início a outras que mais diretamente dialogaram com pragas históricas e bíblicas, buscando suas versões na contemporaneidade, como a violência, a corrupção e a deterioração do cotidiano.”

Com percepção parecida à da curadora do MAC-USP, Maria Barbara, do Departamento de Teoria e História da Arte da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), constata que a temática não está entre os principais objetos de reflexão no campo da história da arte e da cultura. Com pesquisas desenvolvidas desde os anos 2000 sobre os intercâmbios artísticos e culturais que ocorreram entre a Europa e o continente americano nos séculos XVI e XVII, nos últimos meses Barbara começou a questionar as narrativas adotadas sobre o processo de colonização do continente americano. O uso da pólvora, por exemplo, sempre foi apontado como um dos aspectos centrais para explicar a rapidez com que os colonizadores se instalaram no continente. “O demolidor impacto demográfico das epidemias entre as populações nativas era visto como uma teoria secundária para esclarecer esse processo. A situação atual recorda que, na realidade, ele deve ser visto como prioritário”, observa a historiadora.

Barbara avalia que a falta de atenção ao papel fundamental desempenhado pelas epidemias nas artes está possivelmente relacionada ao fato de que, ao longo do século XX, pesquisadores da história da arte e da cultura buscaram construir um nicho próprio de investigação, que operasse com autonomia em relação a aspectos econômicos ou sociais. “Essa busca por independência de outros campos do conhecimento acabou por fazer com que passássemos por cima de alguns aspectos que merecem mais atenção, caso das epidemias”, afirma.

**E**stima-se que a peste negra foi responsável por um terço das mortes da população mundial entre 1346 e 1353, trazendo consequências ao imaginário artístico. “Como reflexo da doença, que era interpretada como castigo divino, a pintura de devoção a santos, especialmente àqueles considerados protetores contra a peste, se intensificou”, afirma Tamara Quírico, do Departamento de Teoria e História da Arte da Uerj e que há mais de 20 anos estuda a arte medieval cristã entre os séculos XIII e XIV e a iconografia relacionada com o juízo final. Pesquisadora da estética do macabro há mais de uma década, a historiadora Juliana Schmitt explica que na Europa medieval cristã prevalecia a ideia de que a morte era a transição para uma vida espiritual plena. Os ritos fúnebres buscavam assegurar uma passagem organizada para esse outro plano, além de evitar mostrar o processo de decomposição do corpo. “A chegada da peste negra rompeu com essa concepção. A doença deixava marcas no corpo, as pessoas morriam de repente, algumas em locais públicos. Os corpos podiam ficar dias se decompondo na rua e os rituais funerários deixaram de ser feitos”, conta. “A ideia apaziguadora da morte na concepção cristã foi substituída pela ideia de morte caótica causada pela peste”,



O holandês Pieter Bruegel criou o *Triunfo da morte*, em 1562, evocando o cenário de pragas, epidemias e conflitos que atingiam a Europa



Ilustração do italiano Angelo Agostini da febre amarela ceifando vidas, no Carnaval de 1876

*The mal'aria*, pintura do francês Ernest Hébert feita entre 1848 e 1849, integra acervo do Musée d'Orsay, em Paris



3

conta a historiadora, que acaba de concluir pesquisa de pós-doutorado na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Conforme Schmitt, as imagens cotidianas relacionadas ao surto da doença passaram a ser rerepresentadas na iconografia e na literatura, nos anos seguintes, potencializando o que hoje se conhece como estética macabra. “O que caracteriza as obras macabras é a ênfase dada aos processos de decomposição do corpo”, esclarece a historiadora, ao explicar que essa estética já existia antes, mas foi impulsionada pela peste negra. Assim, afrescos em cemitérios e igrejas, iluminuras em manuscritos e poemas passaram a versar, por exemplo, sobre vermes que passeiam pelos corpos e cadáveres em decomposição que abandonam suas covas para se encontrar com os vivos.

No contexto desse imaginário, conta Quírico, o tema da dança macabra começou a se sobressair, sobretudo em afrescos e iluminuras que foram preservados até os dias atuais. Nessas imagens, cadáveres ou caveiras dançam com os vivos, carregando objetos relacionados à morte, como foices e tampas de caixão, além de instrumentos musicais, compondo um ambiente que é também festivo. Ao analisar o significado desses trabalhos para a população da Idade Média, Schmitt afirma que eles representavam a ideia de que a morte é universal, atinge a todos independentemente da classe social e pode chegar de surpresa. “As danças macabras podem ser consideradas uma tentativa de reelaborar, por meio da arte, o caos que se instalou na sociedade daquele tempo”, afirma.

Schmitt lembra ainda que no decorrer da história a dança macabra ganhou diversas releituras, passando pelas gravu-

ras de Hans Holbein (1497-1543) e pelos versos dos poetas românticos, que tinham apreço pela estética da cultura medieval. “No final do século XVIII, os românticos resgataram os temas medievais para fazer oposição ao ideal neoclássico vigente em décadas precedentes e que valorizava a busca pela beleza e harmonia na arte e na poesia”, observa a historiadora. Anos mais tarde, o poeta francês Charles Baudelaire (1821-1867) também mobilizou esse imaginário, tendo publicado, inclusive, um poema com o título “Dança macabra”, em *As flores do mal*, de 1857. Ao contar a história de um cavaleiro que volta para casa depois de 10 anos lutando nas cruzadas e encontra sua vila afetada pela peste negra, em 1959, o filme *O sétimo selo*, do diretor sueco Ingmar Bergman (1918-2007), mostra a imagem da morte levando o protagonista e seus amigos – que, enfileirados, remetem à iconografia das danças macabras.

Mesmo antes da atual pandemia, o tema da peste manteve-se no imaginário de escritores contemporâneos. Ao abordar seu processo de criação de um livro sobre a temática, em artigo de opinião publicado no *The New York Times* em abril, Orhan Pamuk discorre sobre diferentes autores que publicaram obras a respeito. O descaso do poder público, os esforços para esconder o real tamanho do problema, a disseminação de notícias falsas e a ideia da praga como algo trazido por algum forasteiro são elementos comuns em muitos desses trabalhos. Pamuk enfatiza que alguns escritores, como o britânico Daniel Defoe (1660-1731) e o franco-argelino Albert Camus (1913-1960), foram além de questões políticas e sociais, utilizando a figura de pragas para tratar de questões



1  
*Oratorio dei disciplini*, na cidade de Clusone, na Itália. Feito por Giacomo Borlone de Burchis no século XV, é um dos primeiros trabalhos sobre dança da morte



2  
Autorretrato do norueguês Edvard Munch após contrair o vírus da gripe espanhola, em 1919

Na página ao lado, cena do filme *O sétimo selo*, do sueco Ingmar Bergman, que é uma releitura da iconografia macabra que ganhou impulso na Idade Média

intrínsecas à condição humana, como o medo e o pavor causado pela proximidade da morte e a sensação de estranheza gerada pelo advento de novas doenças. Publicado em 1722, *Um diário do ano da peste*, de Defoe, relata o cotidiano de Londres durante a “grande praga”, que devastou a cidade entre 1665 e 1666.

Para Daniel Bonomo, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), tanto em *Um diário do ano da peste* quanto em *Robinson Crusoe* (1719), Defoe explora os efeitos de situações de confinamento. “O narrador descreve as medidas severas adotadas em Londres na ocasião. Casas que abrigavam doentes eram trancadas por fora e identificadas com uma cruz vermelha, com vigias que zelavam todo o tempo para que ninguém entrasse ou saísse”, comenta Bonomo, um dos participantes de curso on-line que discute a questão das epidemias no imaginário literário. O ciclo de palestras na UFMG teve início em julho e se estenderá até o final do segundo semestre de 2020.

Outro livro célebre sobre o tema é *A peste*, de Camus. Publicada em 1947, a obra retrata uma epidemia na cidade argelina de Oran e seus efeitos sobre a população local. Pesquisadores do trabalho de Camus observam que a peste foi lida na época como alegoria da ocupação de Paris pela Alemanha nazista durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Raphael Luiz de Araújo, que em 2017 defendeu doutorado na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP sobre o escritor, conta que a produção de Camus pode ser dividida em três ciclos, sendo que o primeiro envolve obras que abordam situações absurdas da existência humana. O

*estrangeiro* (1942) faz parte dessa seara, narrando a história de um homem em Argel que, dias depois de enterrar a mãe, acaba por assassinar um jovem árabe. Já o segundo ciclo, no qual *A peste* está incorporada, é marcado pela ideia da revolta coletiva como resposta positiva ao sentimento sobre o absurdo explorado no primeiro ciclo. “Trata-se da busca por uma reação ética de nossa angústia diante do destino trágico humano”, diz Araújo, tradutor dos primeiros cadernos de Camus no Brasil. Segundo ele, o terceiro ciclo, que não foi concluído em decorrência da morte precoce do escritor, abordaria o tema do amor.

Claudia Consuelo Amigo Pino, professora de língua e literatura francesa no Departamento de Letras Modernas (DLM) da FFLCH-USP, observa que a ocupação nazista na França inaugurou um intenso sistema de vigilância, gerando desconfiança e dando vazão a preconceitos de toda ordem. “No começo, as pessoas pensaram que seria uma situação temporária e a falta de consciência sobre a gravidade do problema fez com que ele se tornasse ainda maior, o que também acontece no caso de uma epidemia como a que vivemos hoje”, comenta. “No livro, Camus alerta que catástrofes, como epidemias ou guerras, só podem ser enfrentadas mediante conscientização precoce e trabalho coletivo.” Pino, que em 2013 promoveu um curso de extensão para analisar a trajetória de Camus, no marco dos 100 anos do seu nascimento, é uma das organizadoras do ciclo de aulas públicas sobre epidemias a ser desenvolvido na FFLCH-USP, a partir de setembro.

Ainda sobre Camus, o filósofo Leanderson Vasconcelos Sampaio lembra que na obra de 1947 a peste pode ser com-

preendida “como símbolo de nossa fragilidade”. Aliás, é em torno da ideia da morte que giram muitas das obras de Camus, incluindo *O estrangeiro*, *O homem revoltado* (1951) e *O mito de Sísifo* (1941). “Para o escritor, a consciência da finitude humana evidencia o primeiro contato das pessoas com o absurdo. No livro de Camus, a peste é um símbolo para que o leitor reflita sobre a ética e a necessidade de engajamento das pessoas diante de catástrofes coletivas. Com isso, ao abordar a morte, o autor escreve em favor da vida”, analisa Sampaio.

**A** destruição da espécie humana é tema frequente em trabalhos ficcionais que abordam situações apocalípticas, em que as epidemias acabam por assumir funções simbólicas, entre elas o desejo de reconstruir a sociedade do zero. Com projeto de pesquisa estruturado desde 2018 envolvendo ficção científica e produções culturais sobre mortos-vivos, ou zumbis, Valéria Sabrina Pereira, da Faculdade de Letras da UFMG, relaciona diferentes obras em que essa vontade se faz evidente. Em *Zone one* (2011), por exemplo, o escritor norte-americano Colson Whitehead descreve um país pós-apocalíptico, onde os sobreviventes se unem para combater zumbis que passaram a dominar as cidades. “Entre essas pessoas, está o protagonista, um negro que começa a se questionar se quando a situação voltar ao normal a sociedade seguirá sendo marcada pelas desigualdades sociais e pelo racismo”, conta Pereira. “Muitas obras sobre zumbis funcionam como uma sátira da ideia de ‘novo normal’ que se desenvolve após situações apocalípticas, mostrando tentativas desesperadas da sociedade de voltar ao seu modelo tradicional”, explica. André Cabral de Almeida Cardoso, do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas da Universidade Federal Fluminense (UFF) e que desde 2016 desenvolve projeto de pesquisa sobre distopias e narrativas apocalípticas e pós-apocalípticas contemporâneas, observa que, de alguma forma, essas narrativas sobre distopias acabaram por antecipar o momento de crise atual. “Hoje, ao sermos confrontados por um cenário que até então era apenas ficcional, esses trabalhos nos ajudam a lidar com o sentimento de perplexidade e estranhamento que advém da situação”, finaliza. ■

3

PESQUISA NA QUARENTENA

## “ME PREOCUPO COM OS PALIKUR DA MESMA FORMA QUE ME PREOCUPO COM MINHA FAMÍLIA”



**E**ntre nós, ocorre uma separação marcada entre o trabalho e a vida pessoal. Com a pandemia, passamos a viver um momento no qual essas duas dimensões estão misturadas. Temos a falsa sensação de que estamos trabalhando menos, mas isso tem a ver com uma valorização excessiva das tarefas intelectuais. É como se o trabalho físico não fosse considerado exatamente trabalho. Precisamos reelaborar muitas atitudes na nossa vida, uma delas é essa ideia que temos do trabalho. No plano profissional, a pandemia me agarrou pelo pé. Tinha conseguido um afastamento da Unicamp para realizar um estágio de pesquisa na Universidade de Berkeley, na Califórnia. Desenvolveria mais um aspecto das minhas pesquisas feitas entre os Palikur, povo que vive na região da fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa, no extremo norte do Amapá. Iria investigar a intervenção da fronteira na vida dessa população a partir de um paralelo com os povos indígenas que estão na fronteira entre o México e os Estados Unidos. De março para cá, as formas de lidar com a quarentena foram variando. No começo, tentei realizar parte da pesquisa que faria em Berkeley aqui. Mas não é a mesma coisa. Além de não estar no ambiente com os recursos necessários para a pesquisa, o mundo estava desabando e eu não pude prosseguir como se nada estivesse acontecendo. Perdi familiares para a Covid e me agoniava com os números crescentes de mortes entre os indígenas. Me preocupo com os Palikur da mesma forma que me preocupo com minha família, porque eles são parte da minha família. Por outro lado, me mantive na Comissão de Graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas [IFCH] da Unicamp tentando colaborar no debate sobre as melhores formas de prosseguir com as atividades letivas, no primeiro semestre.

**ARTIONKA CAPIBERIBE** é professora do Departamento de Antropologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).  
DEPOIMENTO CONCEDIDO A CHRISTINA QUEIROZ

